

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.931 - SP (2019/0301320-8)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : RENATO SOUZA BASTOS  
**ADVOGADO** : HENRIQUE CESAR RODRIGUES LIMA - SP356938  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por RENATO SOUZA BASTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou a ordem postulada no HC n. 2094854-88.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente, preso em flagrante, foi condenado, nos autos da Ação Penal n. 0060577-61.2018.8.26.0050, pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, inciso II, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal, à pena de 11 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, sendo-lhe vedado o direito de apelar em liberdade (e-STJ fls. 84/103).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte local, aduzindo, em síntese, a nulidade absoluta do processo, em razão da existência de defesas colidentes, bem como a ausência de fundamentação para a prisão cautelar, tendo em vista que o paciente é inocente e que inexistem elementos concretos a justificar a manutenção de sua custódia.

Em sessão de julgamento realizada no dia 8/8/2019, a 5ª Câmara Criminal do TJSP denegou a ordem pleiteada (e-STJ fls. 202/210).

No presente *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário próprio, a defesa insiste na nulidade absoluta do processo, bem como a revogação da prisão preventiva, pela ausência de defesa técnica.

Aduz, em síntese: falta de fundamentação legal do decreto de prisão preventiva; existência de defesa colidente; falta de resposta à acusação; alegações finais confusas e sem uma linha de defesa; ineficácia do recurso de

# Superior Tribunal de Justiça

apelação e suas razões.

Pugna, liminarmente, pela imediata revogação da prisão preventiva, até o julgamento definitivo deste recurso. No mérito, seja declarada a nulidade absoluta do processo.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

No que tange à suposta ilegalidade da prisão do ora paciente, é cediço que, conforme a jurisprudência desta Corte Superior, a sentença condenatória que mantém a prisão cautelar do réu somente constitui novo título judicial se agregar novos fundamentos, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, o que, nessa análise perfunctória dos autos, não ocorreu na espécie, tendo em vista que o Juízo de primeiro grau, ao negar o apelo em liberdade, identificou sério sintoma de periculosidade e de perigo à aplicação da lei penal, e manteve a prisão anteriormente decretada, reiterando os mesmos argumentos que ensejaram a custódia cautelar.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal impetrado e ao Juízo da 9ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo/SP acerca

# *Superior Tribunal de Justiça*

do alegado na presente impetração, em especial se houve a interposição do recurso de Apelação Criminal pela defesa do paciente, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

